



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO/RS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS
PORTUGUÊS E ESPANHOL – LICENCIATURA**

JAQUELINE ADRIANA LERMEN

**A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO PARA SURDOS**

CERRO LARGO/RS

2016

JAQUELINE ADRIANA LERMEN

**A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO PARA SURDOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras- Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Letras: Português e Espanhol.

Orientadora professora Ms. Cleusa Inês Ziesmann

CERRO LARGO/RS

2016

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

LERMEN, JAQUELINE ADRIANA

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO PARA SURDOS / JAQUELINE ADRIANA LERMEN. --
2016.

35 f.

Orientador: cleusa Inês Ziesmann.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Graduação em letras português-Espanhol licenciatura ,
Cerro Largo, RS, 2016.

1. Ensino.. 2. Educação inclusiva . 3. Libras . 4.
Lúdico. I. Ziesmann, cleusa Inês, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JAQUELINE ADRIANA LERMEN

**A IMPORTANCIA DO LÚDICO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO PARA SURDOS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Letras: Português e Espanhol, da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

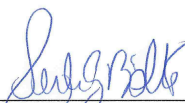
Orientadora: Prof^a Ms. Cleusa Inês Ziesmann

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
24 / Junho / 2016

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Ma. Cleusa Inês Ziesmann
UFFS – Cerro Largo



Prof.^a Dra. Serli Genz Bölter
UFFS – Cerro Largo



Prof.^a Dra. Geni Vanderleia Moura da Costa
UFFS – Cerro Largo

RESUMO

Esse trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Dentre as publicações selecionadas, fizemos uma busca a partir de palavras chaves: ensino, educação inclusiva e LIBRAS. Foram feitas leituras críticas reflexivas para que em um segundo momento conseguíssemos alcançar o nosso objetivo, que era de investigar situações de ensino e aprendizagem para alunos surdos incluídos em escolas de ensino regular. Temos ainda a intenção de analisar as bibliografias que abordam o ensino de LIBRAS e escrita da Língua Portuguesa no mesmo ambiente escolar e aprimorar conhecimentos sobre o ensino da L2 para surdos que possam contribuir no atendimento para crianças surdas com uso de atividades lúdicas. Como resultados dessa investigação, podemos verificar que o lúdico tem como função mediadora auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, proporcionando uma aula mais atraente ao aluno e tornando o aprendizado mais significativo, acreditando ainda que além de brincar a criança está aprendendo.

Palavras Chave: Ensino. Educação Inclusiva. Libras. Lúdico.

RESÚMEN

Este trabajo se caracteriza como una pesquisa bibliográfica de carácter cualitativo. Entre las publicaciones seleccionadas, hicimos una búsqueda a partir de palabras claves: enseñanza, educación inclusiva, LIBRAS .Fueron hechas lecturas críticas reflexivas para que en un según momento pudimos alcanzar nuestro objetivo, que fue investigar situaciones de enseñanza y aprendizaje para alumnos sordos incluidos en escuelas de enseñanza regular. Tenemos aún la intención de analizar las bibliografías que abordan la enseñanza de LIBRAS y escrita de la lengua portuguesa en el mismo espacio escolar y mejorar conocimientos sobre enseñanza de la L2 para sordos que pueden contribuir en el atendimento para niños sordos con el uso de las actividades lúdicas. Como resultados de esta investigación, podemos verificar que el lúdico tiene función mediadora auxiliar en el proceso de enseñanza y aprendizaje, proporcionando una clase más atractiva al alumno y tornando el aprendizaje más significativo, acreditando que aún de brincar el niño está aprendiendo.

Palabras Clave: Enseñanza, Educación Inclusiva, Libras, Lúdico.

SUMÁRIO

Introdução.....	08
------------------------	-----------

CAPÍTULO 1 –Educação Inclusiva

1.1 Histórico da Educação inclusiva	11
1.2 O Atendimento Educacional especializado para surdos e a Libras	14

CAPÍTULO 2 – A pesquisa

2.1 Procedimentos metodológicos	19
---------------------------------------	----

CAPÍTULO 3

3.1 O papel do professor em sala de aula e do especialista no AEE	21
3.2 A importância do Lúdico e jogos no processo de ensino e aprendizagem.....	22
3.3 Exemplo de atividades lúdicas utilizadas nas salas de atendimento educacional especializado.....	25

CONCLUSÃO	31
------------------------	-----------

REFERÊNCIAS	32
--------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

A perspectiva e o objetivo de todo ser humano que têm como intenção ingressar em um espaço escolar é de se apropriar de conhecimento sistematizado produzido neste espaço. Porém, muitas vezes este acesso é restrito ou não é o adequado para o aluno com deficiência e ou, o aluno não se identifica neste espaço escolar por não atender as necessidades destes sujeitos.

Baseando-se nos estudos de Fossi (2010) o espaço escolar deve apresentar um novo papel social, mudando os conceitos e analisando os problemas de forma a buscar uma interação entre o Ensino Regular e a Educação Especial, que venha à solucionar os problemas que a educação inclusiva apresenta.

O processo de incluir pessoas com deficiências vem sendo discutido com mais ênfase a partir dos anos 90. Essa discussão sobre a educação inclusiva, segundo Mendes (1995), é necessária para uma possível reestruturação de uma sociedade que venha a possibilitar a convivência de todos os educandos na escola regular de forma igualitária com o respeito as singularidades de cada indivíduo. Segundo a autora, a educação inclusiva é uma proposta que se aplica ao movimento da inclusão social, pensando em um novo paradigma e necessariamente implica em uma construção de um processo de ensino que procura equiparar as oportunidades para todos.

O professor reflexivo está constantemente na busca de condições que favoreçam o aprendizado dos alunos com deficiências, inclusive muitas vezes inovando e/ou utilizando-se de práticas e metodologias para tentar uma possibilidade de aprendizado já que considera os novos aprendizados como sendo uma porta que se abre quando este se encontra engajado, sendo que estes professores são raros e os seus interesses por essa busca incansável de aprendizado e inovação é o que os difere daqueles que não mais acreditam nessa busca e quem sabe por isso, ficam estagnados no tempo sem a devida transformação pertinente aos educadores.

Como podemos perceber, a educação inclusiva ainda enfrenta muitas barreiras e dificuldades, sendo necessária a criação de leis para que esta inclusão ocorra. Dessa forma, o objeto de nosso estudo vem discutir sobre a importância e a necessidade de compreendermos como é realizado o atendimento educacional especializado, a Língua de Sinais e o ensino do lúdico em sala de aula para crianças

surdas que estão incluídas nas escolas de ensino regular, para que as mesmas consigam aprender de forma lúdica e prazerosa.

Para tanto, o nosso trabalho tem como objetivo investigar a partir de pesquisa bibliográfica situações de ensino e aprendizagem para alunos surdos incluídos em escolas de ensino regular, a partir de atividades lúdicas, diante da dificuldade de comunicação pelo não conhecimento da LIBRAS pela comunidade ouvinte. Temos a intenção de analisar as bibliografias que abordam o tema sobre o ensino de LIBRAS e a utilização de atividades lúdicas nas escolas de ensino regular, verificar a partir de pesquisa nas bibliografias sobre o ensino da L1 e da L2 através do lúdico que favoreçam a aprendizagem da Língua Portuguesa e/ou LIBRAS ampliando o vocabulário da língua de sinais, e ainda interpretar os resultados encontrados através das leituras e pesquisa de materiais.

Considerando a importância de o professor ter formação e qualificação para produzir e desenvolver um ensino que atenda às necessidades e expectativas do estudante surdo, mesmo diante de suas limitações no enfrentamento das questões que permeiam o cotidiano escolar e o tipo de ensino que os professores desenvolvem, o presente estudo bibliográfico, busca responder as seguintes questões de pesquisa: *Quais são as estratégias de ensino utilizadas pelos docentes no ensino para os surdos incluídos nas escolas de ensino regular? Quais atividades lúdicas/práticas os docentes utilizam para o processo de ensino e aprendizagem de forma concomitante da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa?*

Assim o nosso trabalho estará dividido em três capítulos. Sendo que no primeiro será abordada a educação inclusiva, contextualizando a mesma e apresentando o atendimento educacional especializado para surdos nas escolas de acordo com as orientações do MEC e a importância da aquisição da Língua Brasileira de Sinais pelo sujeito surdo.

No segundo capítulo apresentamos a nossa metodologia para a coleta de dados, a análise, interpretação e discussão dos resultados.

Já no terceiro capítulo, tentamos trazer à tona as análises e os achados da pesquisa sobre o papel do professor em sala de aula, bem como sobre a atuação do especialista no atendimento educacional especializado. Ainda, dialogamos sobre o papel e importância do lúdico e dos jogos na sala de aula para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem.

E para finalizar, trazemos as nossas considerações finais fazendo uma interlocução sobre os assuntos trabalhados até aqui e em seguida, as referências

usadas para nos auxiliar durante o processo de argumentação e reflexão.

CAPITULO 1

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1.1 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva assim como o conceito de sujeito com deficiência vem se modificando constantemente ao longo do tempo. Porém não podemos esquecer e deixar de lado que em tempos mais remotos a discriminação e a exclusão ocorriam com quase todos os sujeitos que tinham qualquer deficiência.

Estudando a história sobre a inclusão podemos perceber que na Antiguidade havia total falta de atendimento aos deficientes, sendo que estes eram abandonados por seus familiares por serem considerados como castigo, por que não possuíam conhecimento suficiente em relação ao assunto da deficiência e ainda, em outros casos excluídos pela sociedade e tratados como loucos devido às suas condições físicas ou psicológicas.

A sociedade excluía-os acreditando que este era o melhor para os sujeitos com deficiências, pois assim não precisariam enfrentar a sociedade e as situações que ela nos impõe em alguns casos e como não havia políticas públicas que os defendesse, a população em geral aceitava estes atos praticados pela sociedade, acreditando ser o melhor para todos. Baseando-nos nas leituras de Fossi (2010)

Na Idade Média os deficientes começam a escapar do abandono e da exposição, passando a ser acolhidos em conventos ou igrejas sob a ambivalência castigo e caridade. Merecem o asilo cujas paredes convenientemente isolam e escondem o incômodo ou inútil (p. 12).

Baseando nos em Mendes (1995) na Idade Média, os indivíduos que apresentavam deficiência eram escondidos e protegidos em instituições residenciais ou asilos para pessoas que apresentavam qualquer anomalia visível, sendo que nestes espaços eles eram tratados conforme as concepções de caridade ou castigo predominantes nessas instituições.

Com a evolução da história e pessoas interessadas em estudar a deficiência por não aceitar o tipo de tratamento que era dedicado a estas pessoas, as políticas e a própria legislação começaram a tomar outro rumo. Em relação à educação de surdos, Charles Michel de L'Epée (1712-1789) cria a primeira escola pública para surdos em 1755 e Valentin Haüy (1746-1822) cria em Paris um instituto para crianças cegas em 1784.

Em outros relatos podemos perceber que as pessoas com deficiências começam a receber uma atenção diferenciada da sociedade, com isso alguns

estudiosos iniciam seus estudos sobre as diferentes necessidades dos indivíduos, surtindo assim, a percepção de que muitas dessas pessoas que antes eram vistas como doentes mentais apresentavam um potencial passível de estudo.

Em relação ao sujeito surdo a Língua de Sinais foi por muito tempo, considerada mímica e gestos. Porém aproximadamente na década de 1960, após inúmeras pesquisas sobre essa língua, o pesquisador Willian Stokoe conclui seus estudos afirmando que a língua de sinais pode ser oral auditiva ou ainda, gestual visual. Stokoe foi o primeiro pesquisador linguista que descreveu e registrou de maneira muito específica, a formação dos sinais e sua estruturação em relação a configuração de mão, locação e movimento do sinal.

Para o Brasil o marco fundamental da Educação Especial foi a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos-mudos, na cidade do Rio de Janeiro, na década de 50. Foi neste período que iniciou-se o tratamento de doentes mentais em Hospitais psiquiátricos, e os institutos retiravam e isolavam sujeitos surdos e cegos do convívio social, porém vale lembrar que não é necessário este tratamento pois perante as leis somos todos iguais e ainda lembrando que pessoas com deficiência não são um risco e não oferecem perigo nenhum à sociedade. Mesmo que de forma lenta, neste período a educação especial foi se expandindo e cada vez mais se tornando inclusiva em relação a sociedade.

Segundo Fossi (2010), o surgimento e criação desses dois Institutos representou uma grande conquista para o atendimento dos indivíduos deficientes, assim abrindo espaço para a conscientização e diálogo sobre a forma de educação. Logo após a proclamação da República, a Educação Especial passou a se expandir em todo o território nacional, novamente lembrando que este processo de forma muito vagarosa, e não foi só a educação inclusiva que melhorou de forma lenta e sim a educação em geral. Em 1932, foi fundada em Minas Gerais a Sociedade Pestalozzi para atender os deficientes.

Nas décadas de 30 e 40, a Educação Especial continuou se expandindo através da ação do Poder Público e de criação de órgãos públicos que deram assistência as pessoas com necessidades e do surgimento de entidades privadas que amparavam as pessoas deficientes

Em 1954 foi criada, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais que se expandiu rapidamente e em 1962 já contava também com 16 instituições. Nessa época, também foi criada a Federação Nacional das APAES (FENAPAES) e foi a partir dos anos 50 que o governo criou leis e assumiu que o tema deficiência

merecia ser discutido mais amplamente.

A década de 1960 caracteriza-se como sendo a década que houve maior criação e expansão no número de escolas de ensino especial já vista no país. Em 1969, havia mais de 800 estabelecimentos de ensino especial para deficientes mentais.

Podemos dizer que o Brasil passou por várias mudanças e crises ao longo da história e em relação a educação não poderia ser diferente até mesmo com a educação inclusiva que teve alguns retrocessos, porém muitos avanços positivos se tornando cada vez mais inclusiva e como comprovação disso podemos dizer que esta inclusão tornou-se mais eficaz com a criação de leis que contemplem esta inclusão como na Constituição Brasileira de 1988 que nos diz que é direito de todos o acesso à educação, esta mesma constituição ainda nos diz que, em relação à Educação Especial é necessário priorizar o atendimento ao aluno com deficiência no Ensino Regular para que assim este não se sinta isolado dos sujeitos considerados “normais”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, determinam a organização de espaços físicos e a capacitação de profissionais para atender alunos com deficiências em todos os espaços das instituições de ensino. Na prática, algumas escolas estão organizando as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e adequando a estrutura existente, possibilitando o acesso e a permanência de todos na escola regular de ensino como preconiza a Política de Educação. As escolas estão se preparando para receber estes alunos, pois como nos mostra a LDB lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 tem em seu 3º art. Inciso I, Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, ou seja, a criança com deficiência tem direito a educação de qualidade e que esta não seja discriminatória ou inferior em relação aos alunos que não possuem deficiência e sim uma educação igual, nem melhor nem pior para que assim o aluno se sinta motivado a participar igualmente e não seja discriminado.

Ainda sobre a inclusão ser um direito garantido por lei, e um dever do estado, deve-se garantir a educação em iguais condições para todas as crianças sem distinguir e separar as crianças sem deficiências das crianças com deficiências. Selau (2007) nos afirma que:

A Educação Inclusiva é sinônimo de que todas as crianças, independentemente de quais forem às necessidades que possam apresentar, ou mesmo aquelas com altas habilidades, devam estar na

mesma sala de aula, tendo acesso ao ensino formal. Todas devem participar do processo educacional tradicionalmente conhecido, sem separações. (p. 24)

Porém, a inclusão dos surdos nas escolas regulares, é motivo de calorosos embates devido à relutância de algumas instituições de ensino exclusivistas e associações de surdos em aceitar esse novo panorama, inclusive questionando a qualidade da educação inclusiva. Partem do pressuposto que para o surdo ter o acesso aos conhecimentos científicos trabalhados nas instituições de ensino, todos os envolvidos necessitam ter a fluência da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Isso porque o surdo, além da singularidade quanto à língua, possui particularidades quanto à escrita na língua portuguesa, considerando os aspectos linguísticos e gramaticais da sua língua, cultura e identidade, visão de mundo e elaboração do conhecimento.

1.2 O Atendimento Educacional especializado para surdos e a Libras

Conforme a legislação vigente, que trata sobre o Atendimento Educacional Especializado para sujeitos surdos, todas as crianças com deficiências têm o direito de aprender conforme as suas necessidades. Dessa forma, propôs-se assim a construção de um sistema educacional inclusivo que se encontra fundamentado em uma legislação específica, defendendo a igualdade na educação para todos e a diversidade dos seres humanos. Porém, o que percebemos em nossa sociedade é que muitas vezes essa igualdade e qualidade de educação, não alcançam seus objetivos causando insatisfação para muitos, principalmente, para os alunos com deficiências que não são beneficiados com práticas inclusivas.

Para os sujeitos surdos, matriculados em escolas do ensino regular, a educação inclusiva acontece de maneira bem peculiar. É necessário que os profissionais façam o uso da Libras e é necessário em todos os espaços, a presença de um intérprete de Libras para acompanhar o educando durante o seu processo de ensino e aprendizagem.

Conforme Tavares e Carvalho (2011) a inclusão social é o processo onde a sociedade e os indivíduos com deficiência procuram adaptar-se conjuntamente tendo como objetivo principal a igualdade de oportunidades. Uma sociedade justa e para todos é o propósito principal na defesa de uma inclusão social como o direito

inegável ao cidadão com deficiências.

Baseando-se na proposta da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a inclusão deverá atender a todos os alunos e incorporá-los no contexto escolar independente de sua dificuldade e/ou necessidade e assim, atendê-lo de forma eficiente e com qualidade para que possa transformar seu cotidiano.

É necessário repensarmos a forma de se educar e fazer educação, principalmente quando falamos sobre a educação inclusiva. Para isso, é necessário repensar também as propostas pedagógicas, a formação de professores e a efetivação das leis sobre a inclusão.

Incluir os alunos com deficiências em escolas de ensino regular é um grande desafio, pois como a legislação determina que esse processo sendo obrigatório em todas as instituições de ensino do nosso Estado. Porém, muitas escolas estão aceitando estes alunos por determinação de uma lei, e de fato, sem possuir uma estrutura adequada e professores capacitados para que estes alunos possam ter uma aprendizagem com qualidade.

Baseando se nas leituras de Santos e Silva (2011) podemos dizer que crianças surdas enfrentam muitas dificuldades quando ingressam em escolas da rede regular de ensino. Para conseguirmos efetivar o processo de ensino aprendizagem de uma criança surda é necessário que, em primeiro lugar, respeitemos a especificidade linguística que a Língua de Sinais possui, e em segundo lugar, que respeitemos a sua subjetividade e o uso dessa língua.

As principais dificuldades que este sujeito possui é em relação ao aprendizado de uma segunda língua, no caso a língua portuguesa. Tavares e Carvalho (2011) acreditam que para ocorrer um aprendizado eficaz o professor deve desempenhar o papel de mediador entre o aluno surdo, seus colegas, o contexto e ambiente onde ele vive e assim, contribuindo para a formação tanto de conhecimento como formação de sujeito.

Os mesmos autores ainda contribuem enfatizando que a formação desse docente em primeiro lugar, necessita de uma formação pedagógica de qualidade, que dê conta dessa diversidade que existe em nossas escolas, sendo necessário então, abandonar conceitos de aprendizagem que priorizem a oralidade e adotar metodologias bilíngues, no caso do atendimento e ensino para surdos, pois a tentativa de oralização prejudica o desenvolvimento, impedindo que a criança aprenda tanto a Língua Portuguesa escrita quanto a Libras.

Para Carvalho (2006) defender a inclusão diz respeito a reestruturação cultural e política e principalmente, as práticas que cada escola vem desenvolvendo e defendendo, sendo que muitas destas praticas não incluem o sujeito com deficiência e sim, acabam excluindo-o. Ainda seguindo o pensamento da mesma autora:

Para incluir um aluno com características diferenciadas numa turma dita comum, há necessidade de se criarem mecanismos que permitam que ele se integre social, educacional e emocionalmente com seus colegas e professores e com os objetivos do conhecimento e da cultura (p. 1).

O principal objetivo das políticas inclusivas deveria ser de não somente favorecer o acesso nas instituições de ensino, mas sim, favorecer mecanismos que o mesmo possa permanecer com qualidade, respeitando e valorizando os alunos. Para que isso ocorra é necessário reestruturar e definir as políticas públicas e que as mesmas possam ser almejadas, criando espaços inclusivos.

Nessa mesma linha de pensamento sobre a formação docente, Mantoan (2004) enfatiza que:

A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao Outro: que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas. O Outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa Alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a Justiça, a garantia da vida compartilhada (p. 81).

É necessário que as escolas estejam reorganizadas e preparadas para receber estes alunos e prontificar-se a ajudá-los no que seja necessário. Carvalho (2006) afirma veementemente que, para a concretização e efetivação de um sistema educacional inclusivo é necessário permitir que os direitos humanos sejam respeitados em sua completude e ainda, ressalta que, alguns destes princípios dos sistemas educacionais inclusivos estão ligados ao direito a educação, igualdade de oportunidade, escolas responsivas e de boa qualidade e ainda, direito a aprendizagem e a participação.

A partir disso, Freitas (2010) em relação a postura dos professores de todas as instituições de ensino, assinala que:

O que se espera dos professores é uma postura de aceitação da proposta inclusiva em educação, com atitudes de engajamento, de acolhimento à diversidade com abertura para exercitar práticas inovadoras em sala de aula. (p. 26)

Para que a educação inclusiva se efetive é necessário que se invista na educação e qualificação de todos indivíduos atuantes e envolvidos na educação,

além dessa ação, é necessário investir em políticas que trabalhem com temas que abordem a discriminação.

A Língua de Sinais LIBRAS tem como pressuposto a legislação ora referendada, sendo reconhecida como um sistema linguístico, como disposto na Lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002, em seu parágrafo único, no qual está explícito que se entende como Língua Brasileira de Sinais - Libras “a forma de comunicação e expressão, em que o Sistema Linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”.

Pesquisas realizadas por Salles (2004) afirmam que o surdo necessita desenvolver num primeiro momento a sua primeira língua a LIBRAS, conhecida como a L1 e depois, conhecer e apropriar-se da língua oficial do seu país, no caso do Brasil, a língua Portuguesa na modalidade escrita, a L2. Nesse sentido, Salles et al (2004) adverte que: “...para o aprendiz surdo, a situação em que se encontra possui características especiais: o português é para eles uma segunda língua, pois a língua de sinais é a sua primeira língua” (p.73).

Nessa mesma perspectiva, o autor enfatiza que:

A vitalidade de uma língua, contrariamente com os recursos naturais, depende de sua utilização efetiva, tanto na escala nacional, quanto na escala mundial. Quanto mais uma língua é utilizada, mais ela é viva e, inversamente, quanto menos é utilizada, mais ela é ameaçada de extinção (SALLES, et al, 2004, p.73).

O sujeito surdo faz a leitura do mundo através da sua experiência visual e com isso a compreensão do mesmo também é diferente. Logo, para alguns pesquisadores, como Strobel (2008) a experiência visual, a língua, a família, a linguística, a literatura surda, a vida social e esportiva são parte de artefatos culturais, ou seja, são partes de uma cultura que não deve ser preservada de forma segregadora.

Sobre isso, Klein (2014) menciona:

A LIBRAS é adotada de uma gramática constituída a partir de elementos Constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam também especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais. É adotada também de componentes pragmáticos convencionais codificados no léxico e nas estruturas da LIBRAS e de princípios pragmáticos que permitem a geração de implícitos sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais (KLEIN, 2014, p.8)

A Libras é uma língua natural como qualquer outra, com estruturas sintáticas, semânticas e morfológicas. A diferença básica entre a Libras e a Língua Portuguesa,

é que ela utiliza imagens e a expressão para ser compreendida de maneira mais explícita. Por isso, é necessário que todos os profissionais da educação consigam desenvolver as suas práticas pedagógicas em sala de aula pensando nesse indivíduo que irá e deverá aprender, assim como o sujeito ouvinte, porém com atividades que atendam às suas necessidades, respeitando as suas limitações e principalmente, acreditando no potencial que a sua língua materna possui.

Acredita-se que a Escola Bilíngue ou ainda, uma escola inclusiva, deva atender a diversidade e a necessidade dos discentes surdos, entendendo as manifestações e anseios dos mesmos. Um dos maiores desafios que encontramos atualmente é de fornecer uma formação aos docentes que permita a articulação, de forma imprescindível, entre o saber e o saber fazer. A relação entre esse saber fazer e saber fazer bem, implica necessariamente, no aparecimento de uma epistemologia da prática, que tenha como referência as competências na prática de docentes que buscam o conhecimento para assim ajudar no desenvolvimento do aluno.

CAPITULO 2

ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1 Procedimentos metodológicos

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

Nesta perspectiva, baseando-nos na proposta de Gil (2008), seguimos as seguintes etapas para esse trabalho:

1ª etapa: as fontes

A seguir estão descritas as fontes que forneceram as respostas adequadas à solução do problema proposto:

a) Foram utilizados autores como Mantoan (2004), Carvalho (2006), Strobel (2008), Tardif (2007), Silva (2011), Salles (2004), Santos (2012) e Tavares (2011) que abordam a temática sobre inclusão de surdos nas escolas de ensino regular, sobre formação de professores, utilização de atividades lúdicas no ensino e ainda, sobre o ensino da língua portuguesa para surdos, publicados no período de 2002 a 2011;

b) Artigos científicos sobre a temática, que foram acessados nas bases de dados SCIELO, sobre a educação dos surdos, formação de professores e ensino da L1 e L2 para surdos, publicados nos últimos três anos (2013 a 2015).

Artigo 1: Necessidades educativas especiais e a inclusão escolar; disponível em: <http://www.Uniedu.Sed.Sc.Gov.Br/wp-content/uploads/2013/10/giovana-de-cassia-goncalves-fossi.Pdf>

Artigo 2: A importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil; disponível em: <http://www.lce.Edu.Br/tnx/index.Php?Sid=266>

Artigo 3: A inclusão do surdo nas empresas e seu desenvolvimento profissional; Disponível em: <http://tcconline.Utp.Br/media/tcc/2015/10/a-inclusao-do-surdo.Pdf>

c) Foram utilizadas dissertações de mestrado e teses, disponíveis no meio digital, publicadas no período de 2013 a 2015.

Dissertação 1: Práticas pedagógicas em sala de aula com surdos: implicações nos processos de ensino e de aprendizagem. Disponível: <http://www.unijui.edu.br/cursos/mestrado-e-doutorado/educacao-nas-ciencias>.

Tese 1: A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005: análise dos documentos referenciadores. Disponível: http://editora-arara-azul.Com.Br/cadernoacademico/007_teseneiva.Pdf

Tese 2: Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos? Disponível em: <http://bibliodigital.Unijui.Edu.Br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamono-grafia.Pdf?Sequence=1>

Na seleção das fontes, foram consideradas como critério de inclusão das bibliografias, as que abordassem temas com as seguintes palavras chave: inclusão de surdos; formação de professores, ensino da Libras, atividades lúdicas e jogos, e ainda, ensino da língua portuguesa para surdos.

2ª Etapa – Coleta de Dados

A coleta de dados seguiu a seguinte premissa:

- a) Leitura Exploratória de todo o material selecionado (leitura rápida com o objetivo de verificar se a obra consultada era de interesse para o trabalho);
- b) Leitura Seletiva (leitura mais aprofundada das partes que realmente interessassem para a realização deste trabalho);
- c) Registro das informações extraídas das fontes em instrumento específico (autores, ano, método, resultados e conclusões).

3ª Etapa - Análise e Interpretação dos Resultados

Nesta etapa foi realizada uma leitura analítica com a finalidade de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes pesquisadas, de forma que as mesmas possibilitassem a obtenção de respostas aos problemas de pesquisa.

4ª Etapa - Discussão dos Resultados

Nesta etapa foram discutidos os resultados obtidos a partir das análises e leituras realizadas, tendo como base as teorias que possuem maior relevância para este estudo.

CAPITULO 3

DOS RESULTADOS

3.1 O papel do professor em sala de aula e do especialista no AEE

Os professores e os profissionais da educação ainda demonstram resistência em aceitar o desafio colocado pelo processo de construção da escola inclusiva. De acordo com Fossi (2010) percebemos que essa resistência é justificada quando se apresenta a falta de formação adequada para enfrentar esse desafio.

Pois além de a inclusão de pessoas com diferentes necessidades em um mesmo espaço ser uma tarefa difícil, o professor ainda tem a missão de formar e compartilhar conhecimentos com estes sujeitos de forma que venha a auxiliá-los e preparar para o mundo sendo que seja capaz de se tornar um sujeito atuante e participativo no convívio em sociedade.

Ainda nos baseando em Fossi (2010) para que possamos entender qual a função do papel do professor neste processo de inclusão é importante considerar seu papel na educação e a sua formação diante do processo de inclusão.

O professor é a chave do processo pedagógico e modelo a ser espelhado em diversas situações pelos alunos. Nesta dimensão, o processo de inclusão necessita de professores especializados para todos os alunos. Portanto, eles terão de voltar a estudar, a pesquisar, a refletir sobre suas práticas e a buscar metodologias inovadoras de ensino para esse fim (GÓMEZ, 1992, p.103-105).

Para que ocorram aprendizagem e ensino de qualidade é necessário que o professor consiga desenvolver uma interação com os alunos onde eles possam participar deste processo e possam se sentir importantes.

Além do mais é necessário que o professor se sinta preparado e capacitado para lidar com pessoas que possuem diferentes necessidades lembrando que cada aluno tem uma maneira distinta para aprender e é o professor que têm a missão de perceber qual a forma de aprendizagem de cada aluno e assim, conseguir desenvolver uma maneira de ensino que possa atingir de forma positiva a formação deste aluno.

O educador precisa sentir-se confiante e acreditar em seu potencial, e assim passar ao aluno confiança para que o aluno perceba que ele é capaz de aprender e não é por que ele tem necessidades especiais que ele precisa ser excluído.

O professor não deve assumir o papel de superior ou de autoritário, sendo aquele que detêm o poder e sim deve compartilhar conhecimentos e fazer com que o aluno questione e participe para assim dizermos que houve um aprendizado mútuo

onde todos aprendem.

Nesse sentido, Tardif (2007) afirma que:

Um professor de profissão não é somente alguém que aplica conhecimentos produzidos por outros, não é um agente determinado por mecanismos sociais, é um ator no sentido forte do termo, isto é, um sujeito que assume sua prática a partir dos significados que ele mesmo lhe dá, um sujeito que possui conhecimentos e um saber fazer provenientes de sua própria atividade e a partir dos quais a estrutura e orienta (p. 23).

O educador precisa estar em constante formação e diversificar suas práticas pedagógicas verificando qual melhor se adapta ou pode ser usada, conforme a diversidade e necessidade dos alunos, além disso, precisa perceber quais as necessidades e metodologias ideais para sanar as dificuldades dos seus alunos e ainda tratar os alunos igualmente de forma afetiva para que estes se sintam acolhidos em sala de aula.

É preciso repensar a função do professor não somente como aquele que passa o conteúdo exigido pela escola e sim como aquele que tem a missão de formar e explorar no aluno a função de sujeito crítico e capaz de refletir mediante as propostas e problemas expostos e apresentados em seu meio de convivência.

É necessário que o professor respeite o aluno, procurando conhecer suas necessidades para também compreender suas dificuldades e assim auxiliar no que for necessário para que o aluno não se sinta excluído ou menos assistido pelo professor que outro aluno que não possuir deficiência. É preciso perceber que a inclusão deve ser vista como princípio da igualdade entre os sujeitos.

3.2 A importância do Lúdico e jogos no processo de ensino e aprendizagem

Os sujeitos desde o seu nascimento vieram ao mundo para descobrir aprender, para apoderar-se de conhecimentos, passando pelos mais simples até os mais complexos. O meio em que ele vive e os que o cercam contribuem para sua formação e construção de conhecimentos, tornando-se muitas vezes mediadores no que diz respeito a educação.

A escola e o Educador são os principais mediadores e colaboradores para a formação do sujeito. Dentre as muitas formas e maneiras de educar e transformar, uma dessas formas muito importante, é a Educação Lúdica, ou seja, aprender através de jogos ou ainda, brincar e aprender ao mesmo tempo. Não há dúvida de que o jogo é uma excelente ferramenta para auxiliar o aluno no empoderamento de conhecimentos e no processo de ensino e aprendizagem. Durante a aprendizagem a

criança é livre para descobrir relações por ela mesma, construindo o conhecimento de forma mais divertida e prazerosa e, para o professor, cabe à tarefa de produzir materiais acessíveis para que as crianças possam assimilar as realidades intelectuais.

O brincar desenvolve a imaginação, estimula a atividade motora, faz criar cumplicidade entre aqueles que jogam e dançam juntos favorecendo a socialização, independente de seus graus de habilidades/capacidades e das necessidades educacionais especiais. O brincar é indispensável para o desenvolvimento de todas as crianças. É brincando que a criança experimenta situações e emoções de sua realidade. (ALMEIDA E TAVARES, 2009, p.164-165).

Dessa forma compreendemos que a educação inclusiva deve iniciar na educação infantil, pois segundo a Secretaria de Educação especial/ MEC:

(...) nessa etapa, o lúdico, o acesso as formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. (BRASIL, 2008 p. 16)

Santos (2012) afirma que é através das brincadeiras que as crianças desenvolvem a sua imaginação. Assim de acordo com o autor, com o auxílio dos jogos e das brincadeiras:

Lhes é estimulado a atividade motora e assim promovendo a cumplicidade e socialização entre as crianças participantes independentemente das habilidades que cada criança possui, é ao brincar que a criança experimenta o prazer e as emoções propostas pela brincadeira, porém para crianças surdas essas atividades lúdicas devem ocorrer de maneira distinta, pois como ela não escuta ela recebe os comandos através de gestos e sinais e também envia respostas através de gestos e sinais utilizando as mãos, portanto esta tem dupla função além de se comunicar as utilizam para desenvolver as atividades lúdicas. Pois as mãos são o canal linguístico para a criança surda. Santos (p.9)

Assim, podemos dizer que atividades lúdicas não são apenas brincadeiras e sim, são atividades que desenvolvem múltiplas funções em uma criança, entre elas a função motora e psíquica. O lúdico na educação infantil tem sido uma das práticas mais utilizadas, pois a criança ao mesmo tempo em que brinca também aprende, dependendo do objetivo de cada atividade.

As atividades lúdicas são significativas por desenvolverem as capacidades de atenção, memória, percepção, sensação e todos os aspectos básicos referentes à aprendizagem. Antes de se trabalhar com uma atividade lúdica deve se pensar qual a atividade social e o objetivo de desenvolvê-la, mesmo assim o lúdico no contexto escolar exige do educador fundamentação teórica e um posicionamento coerente com os objetivos educacionais. Além disso, é preciso verificar se a atividade que se

pretende desenvolver atinge aos anseios escolares e se é a correta para todos os alunos de um determinado grupo ou faixa etária, levando em conta a singularidade de cada criança.

Outra função importante que deve ser lembrada e enfatizada ao se trabalhar o lúdico é a interação e comprometimento com os demais colegas. Deve se renovar e adaptar as brincadeiras conforme o potencial e imaginação de cada criança. As brincadeiras sempre existiram e continuarão a existir na história da educação e fora do contexto escolar, apenas ao longo dos anos vem se modificando em relação ao uso, estrutura e objetivo, pois representam a cultura do povo que a recria.

Segundo Dias (2013) o ato de brincar é fundamental e indispensável a vida do ser humano. Acreditamos que o brincar deve prioridade na vida de uma criança, pois a brincadeira tem como linguagem a expressividade mais aguçada em relação à fala, além de muitas vezes o lúdico ser uma forma de descobrir o mundo e as situações criadas por ele, e ainda facilitando a comunicação para os que não possuem domínio da fala.

O lúdico permite a inserção da criança na cultura, e num determinado espaço no qual ela possa relacionar suas vivências internas com a realidade externa. A brincadeira tem como objetivo facilitar a interação da criança com o meio em que está inserido, porém é uma forma de ensino muito pouco explorada por ser uma tarefa que requer dedicação.

Conforme Vygotsky (1998, p. 126), “é no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de uma esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos”.

O brincar deve ser visto como uma situação cotidiana e um direito indispensável das crianças. É por meio do brincar que elas se apropriam dos elementos da realidade e dão a eles novos significados. Nas brincadeiras, se aprende conceitos, preconceitos e valores que devem ser trabalhados e discutidos com as crianças.

A brincadeira auxilia na formação da criança e os pais e a escola devem atuar de forma participativa, comprometendo se com o objetivo do brincar de forma a desenvolver e educar a criança lembrando ainda que é na brincadeira que a criança expressa suas vontades e desejos.

Para tanto os educadores devem se valer do uso do lúdico em suas didáticas e metodologias de ensino utilizando como atividade pedagógica e social, pois vale

lembrar que a brincadeira pedagógica social tem como função auxiliar na formação pessoal e intelectual do sujeito e, além disso, ao fazer uso do lúdico os professores conseguem tornar as aulas mais atrativas e interessantes principalmente para alunos com necessidades especiais mais especificamente sujeitos surdos que possuem a capacidade visual mais desenvolvida em relação a audição, e é isso que ao usar o lúdico representado em imagens que conseguimos desenvolver.

Conforme Oliveira (2010) no que diz respeito ao uso do lúdico nos diz o seguinte:

Deve-se estimular atividades lúdicas como meio pedagógico que, junto com outras atividades, como as artísticas e musicais, ajudam a enriquecer a personalidade criadora, necessária para enfrentar os desafios na vida. Para qualquer aprendizagem, tão importante como adquirir, é sentir os conhecimentos (p.11).

Ao refletir sobre o excerto acima, podemos inferir que promovendo uma educação que estimule a criatividade da criança com surdez para que o mesmo tenha sucesso em suas atividades em sala de aula. Educar na diversidade exige dos professores um preparo maior, uma reorganização de suas atividades para que as práticas utilizadas em sala de aula possam a vir favorecer e assegurar a autonomia dos alunos, motivando-os a a realizar suas tarefas com segurança, acreditando em no seu potencial.

3.3 Exemplos de atividades lúdicas utilizadas nas salas de atendimento educacional especializado

De acordo com os documentos do atendimento educacional especializado, as atividades realizadas nessas salas, oferecidas no turno oposto são atividades que irão desenvolver na criança o gosto pela aprendizagem. Vale ressaltar que as atividades lúdicas além de ensinar auxiliam na interação entre os alunos, pois são nestas atividades que os alunos ajudam uns aos outros. Conforme Santana (2008) grande parte das crianças surdas não conhecem o uso da LIBRAS nos primeiros anos de vida e como não conseguem ouvir e por isso a dificuldade da utilização da língua oral acabam criando técnicas para que haja comunicação e por isso muitos fazem uso de gestos. A utilização de gestos faz parte da comunicação de todos os seres humanos principalmente quando crianças e em fase de aquisição de uma língua.

Para tanto, ainda há muitas pesquisas sobre a necessidade do brincar e de

aprender de forma lúdica. Essas duas ações não necessariamente precisam fazer uso da oralidade e que podem se valer do uso das expressões e sinais, fazendo com que o sujeito surdo visualize os sinais, interpretando-os, aumentando assim o seu vocabulário e conhecimentos de áreas afins que serão trabalhadas durante as atividades práticas.

Deste modo, apresentamos aqui algumas dessas atividades que vem ao encontro do processo de ensino e aprendizagem que de acordo com Mendonça (2012) são necessárias para que ocorra a aprendizagem seja qual for a necessidade de cada discente.

Segue exemplos de algumas atividades usadas nos atendimentos:

Atividade 1: Figuras em Libras sobre os dias da semana e meses do ano.

Essa atividade estimula a criança saber situar-se em relação ao dia em que ela está e no mês, a datilologia e podendo ser trabalhado o dia e mês que ela faz aniversário e os demais membros da família e seus amigos ainda pensando no português a criança pode observar a forma escrita da palavra. Essa atividade poderá ser usada para trabalhar a L1 e a L2.



se não acertar passa a vez para o outro participante. Com esta atividade o professor consegue desenvolver no aluno a memória além de trabalhar os números na L1.



Atividade 4: Datilologia do alfabeto

Nessa atividade o professor poderá optar em trabalhar a L1 e a L2 concomitantemente. Pode-se utilizar o alfabeto para formação de palavras ou pequenas frases. Neste momento o aluno irá perceber como é a escrita em libras usando a datilologia e a língua portuguesa. Essas novas palavras poderão fazer parte de um cartaz ou de um dicionário para aumentar o vocabulário dos alunos. No fim da atividade, o professor poderá introduzir os sinais para essas novas palavras que surgiram durante a atividade, ampliando assim o vocabulário em libras dos alunos.

Para essa atividade o material para a confecção dos mesmos pode variar, dependendo da disponibilidade de materiais que o professor tiver ou desejar para construí-los. Na primeira imagem foram confeccionados em EVA e na segunda imagem em madeira, porém a funcionalidade e o objetivo da atividade são os mesmos.



Atividade 6: Jogo da memória do sistema respiratório

Depois de ter trabalhado sobre o sistema respiratório, o professor poderá fazer uso desse jogo, possibilitando ao aluno reconhecer e memorizar as partes do seu sistema respiratório.



Todos os materiais aqui apresentados foram construídos durante oficinas de Libras e durante as aulas de Libras. Essas atividades são fáceis de serem construídos e com um baixo custo de produção, geralmente constituídos de fotocópias que apresentam os desenhos ou a letra tanto na Libras como na Língua Portuguesa, EVA ou madeira para apoiar o desenho ou a letra

São estas atividades e inúmeras outras ideias que podem ser trabalhadas em sala de aula e nas salas de atendimento educacional especializado, fazendo com que nosso aluno aprenda a Língua Brasileira de Sinais e também a Língua Portuguesa. Além de auxiliar na interação entre alunos, essas atividades auxiliam na imaginação da criança e no desenvolvimento cognitivo. Antes de aplicar qualquer atividade, é necessário que se reflita sobre seu público-alvo, saber quem são os alunos que serão beneficiados com as atividades, saber quais as dificuldades que cada criança possui e verificar se o que se pretende levar para a sala de aula é adequada para a deficiência ou idade do aluno.

CONCLUSÃO

Após as leituras realizadas e as bibliografias analisadas podemos dizer que a educação inclusiva ainda é um grande desafio a ser alcançado e vencido. Percebe-se a dificuldade que ocorre para que a inclusão possa ser efetivada e que ela seja uma inclusão de qualidade baseando-se na legislação vigente.

Podemos perceber que o processo de incluir sujeitos com deficiências em nossa sociedade é algo muito recente, principalmente no Brasil. Porém é necessário que esta inclusão aconteça e que possa atender aos anseios de todos os envolvidos na educação, quer seja professores, alunos e autoridades.

Faz-se necessário que todos possam auxiliar no processo de inclusão e interação entre alunos com e sem deficiência sendo este um dever da sociedade e da escola, pois é neste espaço que a exclusão precisa ser combatida. A inclusão passou a ser efetivada em maior escala após a criação de leis que possibilitam a inserção de alunos especiais em escolas de ensino regular, mas o processo de inclusão precisa avançar ainda mais.

É no espaço escolar que a criança se relaciona com outras crianças, cria e aprende com os outros e vê nos seus colegas e principalmente no professor a oportunidade de aprender. Com este trabalho podemos concluir que para a inclusão acontecer de fato é necessário termos professores qualificados, e uma estrutura escolar que possa atender as necessidades que cada aluno possui, ainda percebemos que o lúdico é uma ferramenta muito importante no ensino e capaz de auxiliar neste processo de aprendizagem.

Reiteramos que o professor deve incentivar o aluno a participar nas atividades em sala de aula independente de qual seja a sua deficiência e se necessário, auxiliá-lo para que a dificuldade que este aluno possui seja superada, proporcionando um aprendizado que beneficie o aluno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C.; TAVARES, H. M.. **O brincar da criança com deficiência**. Revista da Católica, Uberlândia, V 1 n. 2 p 150-168,2009. Disponível em:<catolicaonline.com.br/revistadacatolica168>. Acesso em 04. Março. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf Acessado em: 04. Março .2016

_____. Ministério da Educação. Plano Nacional da Educação_ PNE. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em 08. abr. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159 Acesso em 02. Mai. 2016

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf Acesso em 02. mai. 2016.

_____. Presidência da República Casa Civil. Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em 08. abr. 2016.

_____. Presidência da República Casa Civil. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/2002/L10436.htm > Acesso em 02. mai. 2016.

_____. Presidência da República Casa civil. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acessado dia 02.mai.2016

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2006

DAMÁZIO M.F.M. **Atendimento Educacional Especializado; Pessoas com Surdez** Editora Cromos -2007

DIAS E. **A importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil.** Revista Educação e Linguagem – Artigos – 2013

FREITAS N. K.: **Políticas Públicas e Inclusão: Análise e Perspectivas Educacionais** JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS. Nº 7 | Janeiro–junho DE 2010 | PP. 25–34

FOSSI G.G.C. **Necessidades educativas especiais e a inclusão escolar:** Faculdade Capivari, 2010. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Giovana-de-Cassia-Goncalves-Fossi.pdf> Acessado dia 27. mai. 2016

FUMEGALLI R. C. **A inclusão escolar: O DESAFIO DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS?** Ijuí, 2012. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamonografia.pdf?sequence=1> Acessado dia 27. mai. 2016

GAIO, R. MENEGHETTI, R. G. Krob (Org.). **Caminhos pedagógicos da educação especial.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KLEIN. L.F.G.O. **A inclusão do surdo nas empresas e seu desenvolvimento profissional.** Curitiba, 2014.

MANTOAN, M. T. **Caminhos pedagógicos da educação inclusiva.** In: GAIO, R.; MENEGHETTI, R. (Org.). Caminhos pedagógicos da educação especial. Petrópolis: Vozes, 2004.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.** 1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995.

MENDONÇA S. **O lúdico: jogos, brinquedos e brincadeiras na construção do processo de aprendizagem na educação infantil.** 2012 Disponível em: <http://www.pedagogiaaopedaletra.com> Acessado dia 02.07.2016

OLIVEIRA. E. C. **Jogos na educação de surdos: proposta de uso de objetos de aprendizagem;** (UFAL) 2010 17 pág. Disponível em: <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/JOGOS-NA-EDUCACAO-DE-SURDOS-PROPOSTA-DE-USO-DE-OBJETOS-DE-APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em 22. 06.2016.

SALLES, H. M. M. L.; FAULSTICH, E.; CARVALHO, O. L.; RAMOS, A. A. L. **Ensino**

de Língua Portuguesa para Surdos, vol. 1 - caminhos para a prática pedagógica, Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, 2004

SANTANA, A. P. et al. **O estatuto simbólico dos gestos no contexto da surdez**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 2, abr./jun. 2008.

SANTOS, V. C.F.; **O papel de brincar na inclusão de alunos surdos na educação infantil**. Maringá, 2012 p. 7-24

SANTOS A. A SILVA, E M. de G. **A formação de professores de Libras para a educação básica: Um desafio**. V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". 2011.

SELAU, B. **Inclusão na sala de aula**. 1ªed. Porto alegre: Evangraf, 2007. Brasil.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

SCHLÜNZEN, E.; RINALDI, R.; SANTOS, D. **Inclusão escolar: marcos legais, atendimento educacional especializado e possibilidade de sucesso escolar para pessoas com deficiência**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de Formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 148-160, v. 9.

TAVARES, I. M. S.; CARVALHO, T. S.S. **Inclusão escolar e a formação de professores para o ensino de libras (Língua Brasileira de Sinais): do texto oficial ao contexto**. V EPEAL. Pesquisa em Educação: Desenvolvimento, Ética e Responsabilidade Social. 2011.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.